



LEI N° 386/ 2009

EMENTA: Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Capoeiras e dá Outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Regime Próprio Social do Município de Capoeiras

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

Art. 1.º - Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Capoeiras - RPPS, de caráter contributivo, em cumprimento às disposições do art. 40 da Constituição da República.

Art. 2.º - O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - assegurar nos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção, por motivo de incapacidade,



Art. 4.º - A organização do RPPS obedecerá às seguintes diretrizes:

I - impossibilidade de concessão de benefícios que não estejam previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), salvo disposição em contrário da Constituição Federal;

II - participação no plano de benefícios, mediante contribuição;

III - cálculo e manutenção do valor dos benefícios com base na remuneração de contribuição ou nos proventos de aposentadoria do servidor, na forma da lei;

IV - valor dos benefícios não inferior ao do salário-mínimo, excetuando-se as parcelas pagas a título de complemento de aposentadorias ou pensões, e o rateio, entre dependentes, do benefício da pensão por morte;

V - pleno acesso dos beneficiários às informações relativas à gestão do RPPS.

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 5.º - Estão filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

Art. 6.º - Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e



II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município, observados os prazos previstos no art. 75.

Art. 7.º - O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I

Dos Segurados

Art. 8.º - São segurados do RPPS:

I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e

II - os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1.º - Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado por regime próprio de previdência social.

§ 2.º - Na hipótese de acumulação remunerada nos casos previstos na Constituição Federal, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3.º - O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual ou municipal filia-se ao Regime de Previdência Social na condução de exercente de mandato eletivo.

Art. 9.º - A perda da condução de segurado do RPPS ocorrerá nas seguintes hipóteses:



- I - morte;
- II - exoneração ou demissão;
- III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; ou
- IV - falta de recolhimento das contribuições previdenciárias na hipótese prevista no art. 17, após os prazos constantes no art. 75.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 10.º - São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválidos;

II - os pais, desde que não seja beneficiário (as) de outro sistema de previdência; e

III - irmão ou irmã inválido (a) ou menor de 18 anos, que viva sob sua dependência econômica cujos pais não tenham condições de assistência e que não estejam inscritos em outro regime de previdência.

§ 1.º - A dependência econômica das pessoas indicadas no Inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2.º - Equiparam-se aos filhos, nas condições do Inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.



§ 3.º - O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do termo de tutela.

§ 4.º - Consideração companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5.º - Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família, desde que os companheiros sejam solteiros, separados judicialmente, separados de fato, divorciados ou viúvos.

§ 6.º - A existência de dependentes indicados no inciso I deste artigo exclui do direito aos benefícios os da classe subsequente.

Art. 11.º - A perda da qualidade de dependente, para os fins do RPSS, ocorre:

I - para o cônjuge:

- a) Pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos; ou
- b) Pela anulação do casamento.

II - para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:



- a) Pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;
- ou
- b) Pela morte.

Seção III

Das Inscrições

Art. 12.º - A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 13.º - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1.º - A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção pela junta médica designada para esse fim.

§ 2.º - As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3.º - A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO III

Do Custeio

Art. 14.º - São fontes do plano de custeio do RPPS:

I - contribuição previdenciária do Município;

II - contribuição previdenciária dos servidores, aposentados e pensionistas;

III - doações, subvenções e legados;



IV - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

V - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9.º do art. 201 da Constituição Federal; e

VI - demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1.º - Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio -doença e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo "funcional com Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2.º - As contribuições de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e dos custos de administração destinados à manutenção desse Regime, conforme preceitua a legislação vigente.

§ 3.º - Os recursos a serem despendidos pela Previdência Municipal, a título de despesa administrativas de custeio de seu funcionamento, serão de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração paga aos servidores no ano anterior, compreendendo os ativos e inativos, nos termos da legislação vigente.

§ 4.º - Os recursos do RPPS serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5.º - As aplicações financeiras dos recursos de qualquer natureza deverão ser repassadas para análises com parecer dos Poderes Executivo, Legislativo e pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, sendo considerado o parecer que obtiver os votos da maioria, e que atenderão as resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimo, de qualquer natureza.



§ 6.º - As alienações de bens imóveis dependerão de prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 15.º - As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do art. 14.º serão, para os segurados admitidos até a data de publicação desta Lei, de:

I - Para o Município: 14,58% (quatorze vírgula cinqüenta e oito por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

II - Para o servidor: 11% (onze por cento) incidentes sobre a remuneração de contribuição mensal;

III - Para os aposentados e pensionistas: 11% (onze por cento) incidentes sobre as parcelas dos proventos de aposentadorias e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

§ 1.º - A contribuição prevista no inciso III deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios de regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, for declarado pela junta médica do órgão competente, como portador de doença incapacitante, inclusive nos casos em que a incapacidade seja posterior a data de concessão de pensão ou aposentadoria.

§ 2.º - Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza percebida pelo segurado, exceto:

a) Salário-família



b) Diárias para viagem, desde que não excedam a cinqüenta por cento da remuneração mensal do segurado;

c) Ajuda de Custo;

d) Indenização de transporte;

e) Auxílio-alimentação;

f) Auxílio pré-escolar; e

g) Outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 3.º - O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4.º - Para o segurado em regime de acumulação remunerar de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 5.º - A responsabilidade pelo recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I e II do art. 14.º será do dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado e ocorrerá até o segundo dia útil do mês subsequente ao do pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

§ 6.º - Para os segurados admitidos após a publicação desta Lei, aplicam-se as alíquotas referidas no art. 90, I, desta.

Art. 16.º - O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo Único - A avaliação atuarial inicial e as reavaliações atuariais serão encaminhadas aos órgãos competentes nos prazos estabelecidos na legislação vigente.

Art. 17.º - O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de



afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas no incisos I e II do artigo 14.

Parágrafo Único - As contribuições a que se refere o caput serão recolhidas diretamente pelo servidor, ressalvadas as hipóteses do artigo seguinte.

Art. 18.º - O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e II do artigo 14, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, nos seguintes casos:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - investidos em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38º da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.

Parágrafo único - Na hipótese prevista no inciso I quando houver opção do servidor pela remuneração ou subsídios do cargo efetivo, o órgão ou entidade cessionária recolherá somente a contribuição prevista no inciso I do art. 14.

Art. 19.º - Nas hipóteses de que tratam os arts. 17 e 18, a remuneração de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio relativo ao cargo de que o segurado é titular, calculada na forma do art. 15.

Art. 20.º - Nos casos dos arts. 17 e 18, as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II do art. 14 deverão ser recolhidas até o dia 15 quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário na data do vencimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS

Avenida 31 de Março, 87 - CEP: 55365-000 - Capoeiras PE - Tel.: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ - 11.256.088/0001-23



Parágrafo Único - Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

→ Art. 21.º - A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos juros aplicáveis aos tributos municipais.

Art. 22.º - Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuição pagas para o RPPS.

CAPÍTULO IV

Do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Capoeiras

Seção I

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 23.º - Fica reestruturado, no âmbito da Administração Municipal, o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Capoeiras - IPSEC, que funcionará em sede própria desvinculada da Prefeitura, sendo entidade autárquica de direito público dotada de personalidade jurídica própria, com fórum em Capoeiras.

Art. 24.º - O IPSEC tem por finalidade garantir o plano de benefício do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e na legislação federal pertinente, garantindo a previdência social aos servidores públicos municipais de Capoeiras, da administração direta, indireta, autárquica e do Poder Legislativo Municipal e a seus dependentes, garantindo-lhes todos os benefícios previstos nesta Lei.

Seção II

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS
Avenida 31 de Março, 87 - CEP: 55365-000 - Capoeiras PE - Tel.: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ - 11.256.088/0001-23



Da Administração do IPSEC

Art. 25.º - Para o atingimento de seus objetos e finalidades, o IPSEC será administrado por uma Diretoria Executiva, por um Conselho Administrativo e por um Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Fica a Diretoria executiva e o Conselho Fiscal na obrigatoriedade de está na Sede do IPSEC no horário de seu Funcionamento, salvo por motivo de força maior.

Subseção I

Da Diretoria Executiva

Art. 26.º - A Diretoria Executiva do IPSEC será composta de:

I - Um Diretor Presidente

II - Um Gerente Administrativo - Financeiro;

III - Um Gerente de Previdência e Benefícios.

Parágrafo Primeiro - Os Cargos da Diretoria Executiva, serão exercidos por servidores do quadro do município com mais de 03 anos de efetivo exercício na função, que apresente no ato da posse as seguintes declarações: Negativa da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, Justiça Eleitoral e Antecedentes Criminais, sendo que o Diretor Presidente tenha nível superior ou que esteja cursando, mais que termine o curso antes do término do seu mandato.

Parágrafo Segundo - A Diretoria Executiva será eleita por voto de escrutino secreto entre os representantes das 09 Secretarias Municipais, Poder Legislativo, e Inativos/Pensionistas.



Parágrafo Terceiro - Os Membros efetivos da Diretoria Executiva serão colocados à disposição do IPSEC pelo órgão de origem, e terá seus respectivos vencimentos pagos pelo citando órgão. Podendo fazer jus a uma gratificação avaliada de acordo com os serviços prestados ao IPSEC. Gratificação esta paga pelo IPSEC.

Art. 27.º - Compete ao Diretor Presidente:

- I - superintender e gerir a Administração Geral do IPSEC;
- II - elaborar a proposta orçamentária anual do IPSEC, bem como as suas alterações;
- III - organizar a estrutura administrativa e o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado, mediante prévia aprovação legislativa;
- IV - expedir instruções e ordens de serviços;
- VI - assinar, em conjunto com o Gerente Administrativo-Financeiro, os cheques e demais documentos do IPSEC, movimentando os recursos financeiros;
- VII - submeter ao Conselho Fiscal e ao Conselho Administrativo, os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;
- VIII - propor a contratação de Administradores de carteira de investimentos do IPSEC, de Consultores Técnicos Especializados, e outros serviços de interesse;
- IX - cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Fiscal e Administrativo;
- X - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do IPSEC;



XI - assinar, com o contador, a prestação de contas a ser enviada ao Tribunal de Contas;

XII - exercer a representação administrativa e judicial do IPSEC;

XIII - expedir as portarias de concessão de benefícios previdenciários previstos no art. 38º desta Lei.

→ XIV - repassar obrigatoriamente mensalmente aos Poderes: Executivo, Legislativo e aos Conselhos Fiscal e Administrativo a Prestação de Conta, acompanhada de cópias dos recibos de depósitos das contribuições e os extratos bancários, bem como cópia dos Balancetes da Receita e Despesa.

Art. 28.º - Compete ao Gerente Administrativo - Financeiro:

I - coordenar as rotinas administrativas e financeiras do IPSEC;

II - gerenciar os recursos humanos postos à disponibilidade do IPSEC;

III - assinar, conjuntamente com o Diretor Presidente os Cheques e demais documentos de movimentação financeira do IPSEC;

IV - acompanhar e coordenar a execução orçamentária do IPSEC;

V - encaminhar, nos prazos legalmente previstos, as informações contábeis e financeiras do IPSEC ao MPAS, ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal;

VI - superintender o processo de confecção da folha de pagamento.



Art. 29.º - Competente ao Gerente de Previdência e Benefícios:

- I - coordenar os processos de concessão de benefícios;
- II- subsidiar os profissionais de atuaria na elaboração dos cálculos anuais;
- III- acompanhar as modificações na legislação previdenciária nacional;
- IV- elaborar as estatísticas previdenciárias.

Subseção II

Do Conselho Administrativo

Art. 30.º - O Conselho Administrativo do IPSEC será constituído de 05 (cinco) Membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos dentre ás seguintes indicações:

- I - Nove (09) Membros e seus respectivos Suplentes indicados pelas Secretarias Municipais;
- II - Um (01) Membro efetivo e seu respectivo Suplente indicado pelo Poder Legislativo;
- III - Um (01) Membro efetivo e seu respectivo Suplente indicado pelos inativos/pensionistas.

Parágrafo Único - Os Membros indicados por ás Secretarias Municipais, Poder Legislativo e os Inativos/Pensionistas, terão que ser servidor do quadro e tenha 03 anos ou mais de efetivo exercício na função.

§ 1.º - O Presidente do Conselho Administrativo, bem como o Secretário serão escolhidos pelos seus integrantes, em eleição, através de escrutino secreto.



§ 2.º - Caberá ao Presidente coordenar os trabalhos do Conselho Administrativo.

§ 3.º - Caberá ao Secretário lavrar todas as atas das reuniões do Conselho.

Art. 31.º - Compete ao Conselho Administrativo:

I - reunir-se, ordinariamente, uma vez mensalmente, e extraordinariamente sempre que convocados pelo seu Presidente, pelo Diretor Presidente e por maioria absoluta de seus membros,

II - aprovar a Proposta Orçamentária anual bem como suas respectivas alterações, elaboradas pela Diretoria Executiva;

III - aconselhar a admissão, demissão, promoção e movimento de funcionários;

IV- aprovar a contratação de instituição financeira que se encarregará da administração da Carteira de Investimento do IPSEC, proposta pela Diretoria Executiva;

V - funcionar como órgão de aconselhamento à Diretoria Executiva do IPSEC, nas questões por ela suscitadas;

VI - pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis de propriedade do IPSEC;

Art. 32.º - Os Conselheiros Administrativo não farão jus a qualquer tipo de remuneração pela participação nas reuniões do Conselho Administrativo, sendo considerado relevante serviço prestado à Comunidade.

Art. 33.º - Os Membros integrantes do Conselho Administrativo terão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução por uma única vez.



Parágrafo único - Perderá o mandato o conselheiro que falt a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, assumir neste caso, o seu suplente, e sendo nomeado novo suplente para completar o mandato.

Subseção III

Do Conselho Fiscal

Art. 34.º - O Conselho Fiscal do IPSEC, será composto por 9 Membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos entre o indicados por as 09 Secretarias Municipais, Poder Legislativo e Inativos/Pensionistas.

Parágrafo Único - Os Membros indicados para o Conselho Fiscal por as 09 Secretarias Municipais, Poder Legislativo e Inativos/Pensionistas, terão que ser servidores do quadro do Município e que tenham 03 anos ou mais de efetivo exercício na função.

§ 1.º - O Presidente do Conselho Fiscal bem como o secretário serão escolhidos pelos seus integrantes, em eleição, através de escrutino secreto.

§ 2.º - Caberá ao Presidente coordenar os trabalhos do Conselho Fiscal.

§ 3.º - Caberá ao Secretário lavrar todas as atas das reuniões do Conselho.

Art. 35.º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se, ordinariamente uma vez mensalmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Diretor Presidente e por maioria absoluta dos seus membros;



II - acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão de pessoal;

III - acompanhar a execução orçamentária do IPSEC, conferido à classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

IV - examinar as prestações efetivadas pelo IPSEC aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

V - proceder, face aos documentos de receita e despesa, verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Administrativo;

VI - encaminhar ao Poder Executivo e Legislativo, anualmente, no prazo previsto em lei, com seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior do IPSEC, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados.

VII - requisitar do Diretor Presidente, as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-las para correção de irregularidades verificadas representando ao Poder Executivo o desenrolar dos acontecimentos;

VIII - propor ao Diretor Presidente, medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e a transparência da administração do mesmo.

IX - proceder a verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimento, e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades;

19



X - pronunciar-se sobre alienação de bens imóveis de propriedade do IPSEC.

XI - julgar, em última instância, os recursos dos Servidores Municipais que se sentirem prejudicados nos seus direitos pertinentes à solicitação de benefícios, formulados pelos mesmos ao IPSEC, sendo suas decisões lavradas em atas que serão encaminhadas ao Diretor Presidente, que as acatará.

XII - rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração.

Parágrafo único - Assiste a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do IPSEC, não lhe sendo permitido envolver-se na direção e administração dos mesmos.

Art. 36.º - Os conselheiros Fiscais não farão jus a qualquer tipo de remuneração pela participação nas reuniões do Conselho Fiscal, sendo considerado relevante serviço prestado à Comunidade.

Art. 37.º - Os membros integrantes do Conselho Fiscal terão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução, por uma única vez, de seus integrantes.

Parágrafo Único - Perderá o mandato o conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, assumindo neste caso, o seu suplente, e sendo nomeado novo suplente para completar o mandato.

CAPÍTULO V

Do plano de Benefícios:

Art. 38.º - O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS
Avenida 31 de Março, 87 – CEP: 55365-000 – Capoeiras PE – Tel.: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ – 11.256.088/0001-23



- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria compulsória;
- c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria por idade;
- e) Auxílio - doença;
- f) Salário - maternidade; e
- g) Salário - família.

II - Quanto ao dependente

- a) Pensão por morte; e
- b) Auxílio - reclusão.

Parágrafo Único - Constitui faculdade do servidor a inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratória percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício do cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 39, 40, 41, 42 e 81 desta Lei, observando, em qualquer hipótese, a limitação prevista no § 4.º do art. 46.

Seção I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 39.º - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, a ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial, que declara a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§ 1.º - A aposentadoria por invalidez será precedida de auxílio-doença.

23



§ 2.º - A aposentadoria por invalidez terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observando, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 46 desta Lei.

§ 3.º - Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4.º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda de sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - A doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - O acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

22

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS

Avenida 31 de Março, 87 - CEP: 55365-000 - Capoeiras PE - Tel.: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ - 11.256.088/0001-23



- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo município dentro de seus planos para melhor capacitação de mão-de-obra, independente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5.º - Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6.º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental; neoplasia maligna, cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença do Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteite deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida -Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

§ 7.º - A concessão de aposentaria por invalidez depende de verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico - pericial do órgão competente.

§ 8.º - Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica, a aposentadoria por invalidez independe de auxílio-doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.



Seção II

Da Aposentaria Compulsória

Art. 40.º - O segurado será automaticamente aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 46 desta Lei.

Parágrafo - Único - A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Seção III

Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 41.º - O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- ✓ I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;
 - ✓ II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- II - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1.º - Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.



§ 2.º - Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente de professor exercida exclusivamente em sala de aula.

§ 3.º - É vedada a conversão de tempo de contribuição de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de contribuição comum.

Seção IV

Da Aposentadoria por Idade

Art. 42.º - O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem e sessenta anos de idade, se mulher.

Seção V

Das Disposições Gerais sobre Aposentadoria

Art. 43.º - Ressalvado o disposto no art. 40, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 44.º - Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS

Avenida 31 de Março, 87 – CEP: 55365-000 – Capoeiras PE – Tel: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ – 11.256.088/0001-23



Art. 45.º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Seção VI

Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios

Art. 46.º - No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, previsto no § 3.º do art. 40 da Constituição, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base das contribuições do servidor aos regimes de previdência que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1.º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para atualização dos salários -de- contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2.º - Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, com base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3.º - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.



§ 4.º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - superiores ao limite máximo do salário - de contribuição, quanto aos meses em que o servidor estiver vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5.º - Os proventos, calculados de acordo com o **caput**, por ocasião de sua concessão não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 6.º - Para o cálculo de proventos proporcionais ao tempo de contribuição, considerar-se-á a fração cujo numerador será o total desse tempo em anos civis e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária, com proventos integrais, no cargo considerado.

§ 7.º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da Constituição Federal, na forma da lei.

Art. 47.º - Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da lei.

Seção VII



Art. 50.º - O segurado em gozo de auxílio - doença, insusceptível de recuperação para exercício do seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado por invalidez.

Seção IX

Do Salário - Maternidade

Art. 51.º - Será devido salário - maternidade à segurada gestante, por cento e oitenta dias consecutivos, com inicio entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1.º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2.º - O salário - maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou remuneração da segurada.

§ 3.º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário - maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4.º - Nos casos que houver o falecimento da criança no período de percepção do salário - maternidade, a segurada terá direito a duas semanas de percepção do benefício, o qual cessará após este período.

§ 5.º - O salário - maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 52.º - À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial fins de adoção de criança, é devido salário - maternidade pelos seguintes períodos:

I - 180 (cento e oitenta) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;



II - 90 (noventa) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e

III - 45 (quarenta e cinco) dias, se a criança tiver entre 4 (quatro) a 08 (oito) anos de idade.

Seção X

Do Salário - Família

Art. 53.º - O Salário - família será concedido mensalmente ao Segurado, desde que a sua remuneração bruta seja inferior ou igual ao limite estipulado pela legislação vigente aplicável ao Regime Geral da Previdência Social, no mesmo valor estipulado por esse mesmo regime, por cada dependente de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos de idade; por filho inválido ou excepcional sem limite de idade, pago na forma da legislação vigente.

§ 1.º - O Salário - Família será pago mensalmente pelo órgão empregador e seu valor será deduzido da importânci a ser recolhida pelo empregador, através da Guia de Recolhimento Mensal de Contribuições ao IPSEC.

§ 2.º - É considerado filho, para os efeitos deste artigo, o de qualquer condição, inclusive o adotivo e o enteado, e este equiparado o menor que, comprovadamente e mediante autorização judicial, viva sob a guarda e expensas do servidor.

§ 3.º - Ao pai e à mãe, para efeito de percepção em nome dos dependentes, equiparam-se o padrasto a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes e as pessoas sob cuja guarda e manutenção estiverem confiados, por autorização judicial.

Art. 54.º - Quando o pai e a mãe forem funcionário, o salário - família será percebido pelo menor renda.

30



Parágrafo - Único: Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário - família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 55.º - O pagamento do salário - família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de freqüência à escola do filho ou equiparado.

Art. 56.º - O salário - família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Seção XI

Da Pensão por Morte

Art. 57.º - A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento.

§ 1.º - Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2.º - A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.



Do Abono de Permanência

Art. 48.º - O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecida nos § 1.º, II, a, do art. 40 da Constituição Federal e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1.º, II, do mesmo artigo.

Seção VIII

Do Auxílio - Doença

Art. 49.º - O auxílio - doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de seu último subsídio ou remuneração de contribuição.

§ 1.º - Será concedido auxílio - doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica.

§ 2.º - Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio - doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3.º - Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do município o pagamento da sua remuneração.

§ 4.º - Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS
Avenida 31 de Março, 87 - CEP: 55365-000 - Capoeiras PE - Tel: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ - 11.256.088/0001-23



Art. 58.º - A pensão por morte será devida aos dependentes que contar:

I - do dia do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 59.º - O valor da pensão por morte será igual:

I - À totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou

II - À totalidade da remuneração de contribuição percebida pelo servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

Parágrafo - único: Aos servidores falecidos anteriormente a 19 de fevereiro de 2004, o valor da pensão por morte será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento.

Art. 60.º - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protegida pela falta de habilitação de outro possível dependente.



§ 1.º - O Cônjugue ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2.º - A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependentes só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 3.º - Serão revertidos em favor dos dependentes e rateados entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

§ 4.º - O pensionista de que trata o § 1.º do art. 57 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do IPSEC o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

Art. 61.º - A cota de pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

II - pela cessação da invalidez.

Parágrafo - Único: Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 62.º - A Pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o art. 69.

Art. 63.º - Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

33



Art. 64.º - Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 65.º - A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

Parágrafo Único. - A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Seção XII

Do Auxílio - Reclusão

Art. 66.º - O auxílio - reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão em flagrante, provisória ou preventiva, e em virtude de condenação por sentença definitiva que não lhe determine a perda do cargo, desde que não esteja em gozo de benefício previsto nesta Lei, e que a sua remuneração bruta seja inferior ou igual ao limite estipulado na legislação vigente aplicável ao regime geral da previdência social.

§ 1.º - Para a percepção do benefício de que trata este artigo, faz-se necessário que o Segurado detento ou recluso haja realizado no mínimo 24 (vinte e quatro) contribuições mensais ao IPSEC.

§ 2.º - O benefício consistirá em uma renda mensal, enquanto perdurar a reclusão ou detenção, correspondente a 100% (cem por cento) do Salário de Benefício do Segurado.

34



§ 3.º - O processo de Auxílio - Reclusão será instruído mediante apresentação da Certidão de Prisão Preventiva ou Sentença Condenatória.

§ 4.º - A manutenção do benefício se dará pela comprovação trimestral da reclusão ou detenção, através de certidão emitida pela autoridade competente.

Art. 67.º - O auxílio - reclusão será devido a contar a data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 1.º - Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 2.º - Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos.

I - documento que certifique o não pagamento do subsídio da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 3.º - Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio - reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao RPPS pelo segurado ou pelos dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.



- § 4.º - Aplicar-se-ão ao auxílio - reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte. *
- § 5.º - Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO VI

Do Abono Anual

Art. 68.º - O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio - reclusão ou auxílio doença pagos pelo IPSEC.

Parágrafo Único - O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo IPSEC, em que cada mês corresponderá a um doze avo, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais sobre os Benefícios

Art. 69.º - Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 70.º - O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente de sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.



Art. 71.º - Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1.º - O disposto no caput não se aplica na ocorrência seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa; ou

III - impossibilidade de locomoção.

§ 2.º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3.º - O valor não recebido em vida pelo segurado será somente aos dependentes habilitados à pensão por morte, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 72.º - Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista no inciso II do art. 14;

II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III - o valor da restituição do que tiver pago indevidamente pelo RPPS;

IV - o imposto de renda retido na fonte;

V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelo beneficiário.



Art. 73.º - "Em conformidade com o art. 40, § 8.º, da Constituição Federal, é assegurado o reajuste dos benefícios para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - Observado o disposto no art. 37, XI, Constituição Federal, os proventos de aposentadorias dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição até 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadorias dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3.º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 74.º - Salvo em caso de divisão entre aqueles a ele fizerem jus e na hipótese dos arts. 53 à 56, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário - mínimo.

Art. 75.º - Na hipótese do inciso II do art. 6.º, o servidor mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, até doze meses após a cessação das contribuições.

Parágrafo Único - O prazo a que se refere o caput será prorrogado por mais doze meses, caso o servidor tenha tempo de contribuição igual ou superior a cento e vinte meses.

Art. 76.º - Concedida a aposentadoria ou pensão será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.



Parágrafo Único - Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 77.º - Fica vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro município.

Art. 78.º - Fica vedada a adoção de requisitos diferenciados para a concessão de aposentadorias, ressalvados, nos termos definidos em lei complementar, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividade de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

CAPÍTULO VIII

Do Registro Contábil

Art. 79.º - O RPPS observará normas de contabilidade, fixadas pelo órgão competente da União.

Art. 80.º - O RPPS publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada do exercício em curso, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento.

Parágrafo Único - O demonstrativo mencionado no caput será, no mesmo prazo encaminhado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.



TÍTULO II

Das Regras de Transição

Art. 81.º - Observado o disposto no art. 4.º da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40.º, §§ 3.º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regulamente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1.º - O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1.º, III, a, e § 5.º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

40



I - três inteiros e cinco décimo por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir do 1.º de janeiro de 2006.

§ 2.º - Na aplicação do disposto no § 1.º, o segurado professor, de qualquer nível de ensino, que até 16 de dezembro de 1998, tiver ingressado, por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo de magistério e que optar por se aposentar terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que venha a se aposentar exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério, nos termos do § 2.º do art. 41.

Art. 82.º - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 41, o segurado, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação daquela Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5.º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e



IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo Único - Aos proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo, aplicam-se as disposições contidas no art. 7.º da Emenda Constitucional n.º 41, conforme disposto no art. 2.º da Emenda Constitucional 47.

Art. 83.º - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes, que até 16 de dezembro de 1998, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1.º - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até 16 de dezembro de 1998, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 2.º - São mantidos todos os direitos e garantias asseguradas nas disposições constitucionais vigentes em 16 de dezembro de 1998 aos beneficiários do RPPS, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 84.º - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2.º e 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, o servidor municipal que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:



I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - Vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1.º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo Único - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, conforme disposto no art. 2.º da Emenda Constitucional 47, observando-se igual critérios de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 85.º - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 41, o segurado, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação daquela Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5.º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;



III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo Único - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo será revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 86.º - A vedação prevista no § 10 do art. 37º da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 87.º - O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.

TÍTULO III

Do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário

Art. 88.º - O Sistema Previdenciário adotado pelo IPSEC é híbrido, adotando-se os seguintes modelos de financiamento:

I - repartição simples para os servidores que ingressaram no serviço público municipal até o início da vigência desta Lei;

44



II - capitalização para os servidores que vierem a ser admitidos, na forma da legislação vigente, após o início de vigência desta Lei.

§ 1.º - O sistema previdenciário previsto neste artigo, de natureza jurídica estipulada pela legislação federal pertinente.

§ 2.º - Inobstante ser de repartição simples o modelo de financiamento do sistema previdenciário, a Administração Municipal deverá capitalizar anualmente os recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza.

Art. 89.º - Fica criando um Fundo Previdenciário Municipal de natureza contábil e caráter permanente, destinado a custear despesas previdenciárias relativas aos servidores admitidos a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 90.º - O Fundo Previdenciário Municipal será constituído das seguintes receitas:

I - contribuições previstas no art. 14, I e II, desta Lei, no tocante aos servidores referidos no artigo anterior, respeitadas as seguintes alíquotas:

a) Para os Poderes do Município, suas autarquias e fundações: 14,58% (quatorze vírgula cinqüenta e oito por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição;

b) Para o segurado: 11% (onze por cento) incidentes sobre a remuneração mensal dos servidores.

II - de créditos oriundos da compensação previdenciária de que trata a Lei Federal n.º 9.796, de 05 de maio de 1999, no tocante aos servidores referidos no artigo anterior;



III - contribuições ou aportes extraordinários, se apurada necessidade por avaliação atuarial.

Art. 91.º - Para atender aos segurados admitidos até a data de publicação desta Lei, fica criado um Fundo Financeiro, de natureza contábil e caráter temporário, para custear, paralelamente aos recursos orçamentários e às respectivas contribuições do Município as despesas previdenciárias à estes relativas.

§ 1.º - O Fundo Financeiro será constituído pelas seguintes receitas:

I - do superávit gerado pelas contribuições dos segurados, beneficiários e contribuição patronal, referidas no art. I, II e III desta Lei, em relação à despesa previdenciária, enquanto a despesa previdenciária for inferior ao montante arrecadado por estas contribuições;

II - do saldo existente em contas correntes de titularidade do Fundo Municipal de Previdência de Capoeiras, instituído pela Lei Municipal n.º 275/2001.

III - de créditos oriundos da compensação previdenciária de que trata a Lei Federal n.º 9.796, de 05 de maio de 1999, no tocante aos servidores referidos no caput do presente artigo;

IV - do produto da alienação de bens e direitos do IPSEC, Próprio de Previdência Social, ou a este transferido pelo Município;

V - de doações e legados;

VI - de superávits obtidos pelo IPSEC, obedecidas as normas da legislação federal regente.

§ 2.º - Quando a alíquota de contribuição do Município, definida no inciso I do art. 15, mais a contribuição dos



participantes admitidos até a data de publicação desta Lei constante no inciso II do mesmo artigo forem insuficientes para o custeio da correspondente despesa previdenciária, o Município assumirá a diferença necessária, até o limite correspondente ao dobro da contribuição dos segurados.

Art. 92.º - Quando as despesas previdenciárias, do grupo de servidores admitidos até a data de publicação desta Lei, for superior à arrecadação das contribuições previstas no art. 15, I e II, e já efetuado o procedimento previsto no § do artigo anterior, será assim efetivada a necessária integralização da folha líquida de benefícios do grupo questionado:

I - 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa será oriunda dos valores acumulados no Fundo Financeiro;

II - 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa será oriunda de recursos orçamentários, estabelecidos na forma legal instituída para o procedimento orçamentário, observada a previsão de despesa apurada em avaliação atuarial.

Parágrafo Único - Quando os recursos do Fundo Financeiro tiverem sido totalmente utilizados, o Município, as autarquias e fundações assumirão a integralidade da folha líquida de benefícios.

Art. 93.º - Se constatado necessário, a qualquer tempo, por avaliação atuarial, deverá o Município promover o recolhimento de contribuições adicionais necessárias para custear e financiar os benefícios do IPSEC.

Art. 94.º - Em caso de mora no recolhimento das contribuições devidas pelos participantes ou órgãos e entidades do Município ao Regime Próprio de Previdência Social, incidirão juros, multas e atualizações sobre o valor originalmente devido, calculados sob o mesmo regime



aplicável às hipóteses de não pagamento de tributos municipais.

Art. 95.º - A transferência de recursos entre o Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário Municipal é vedada, à exceção da hipótese prevista no art. 91, VI, desta Lei.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 96.º - O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor IPSEC relação nominal dos segurados e seus dependentes, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 97.º - O processo orçamentário do IPSEC submeter-se-á à forma prescrita pelo art. 107 e seguintes da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 98.º - O IPSEC, deverá manter os seus registros próprios, criando o seu Plano de Contas que espelhe com fidedignidade a sua situação econômico - financeira de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva.

Art. 99.º - O IPSEC, na condição de Autarquia Municipal, prestará contas à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nos prazos previstos em Lei, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 100.º - O IPSEC deverá contratar, anualmente, Escritório de Atuária e Estatística, para efetuar a reavaliação atuarial de suas matemáticas, fundos e provisões, no sentido de garantir o equilíbrio econômico -

48

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS

Avenida 31 de Março, 87 - CEP: 55365-000 - Capoeiras PE - Tel.: (87) 3796 1098
Email: pmcapoeiras@hotmail.com CNPJ - 11.256.088/0001-23



financeiro de seu elenco de benefícios e o futuro cumprimento dos compromissos assumidos para com os seus contribuintes segurados.

Parágrafo único - A Administração Direta e demais órgãos integrantes do Sistema, deverão acatar as orientações contidas no Parecer Técnico Atuarial anual, tomando as medidas necessárias, em conjunto com a Presidência do IPSEC, para implantação imediata das recomendações dele constantes, contando, ainda, com todo o apoio e empenho dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Art. 101.º - Fica o Município, através da Administração direta, indireta e autarquias, autorizado a ceder servidores de seus quadros, para organização e funcionamento do IPSEC.

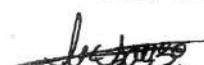
Art. 102.º - O Município de Capoeiras é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 103.º - As despesas decorrentes do Funcionamento do IPSEC serão custeados com as dotações correspondentes constantes do orçamento para o exercício 2009 e seguintes.

Art. 104.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 105.º - Revogam-se as disposições em contrário, com especialidade a Lei Municipal n.º 362/2006.

Gabinete do Prefeito, em 03 de agosto de 2009.


Luiz Cláudio de Souza
Prefeito

49